



Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Auditoria e Controle Interno

1.0 Dados de identificação	
1.1. Nome do Curso: Especialização em Auditoria e Controle Interno	1.2. Parecer Resolução:
1.3. Centro: Centro de Estudos Sociais Aplicados – CESA	1.4. Coordenador Geral:
1.5. Unidade Executora: SATE	1.6. Coordenador Acadêmico: Prof. Dr. Samuel Leite Castelo
1.6. Instituição Promotora: UAB/UECE	1.7. Instituição Financiadora: CAPES
1.8. Local de Realização: SATE	1.9. Secretaria do Curso: SATE
1.10. Período de Realização: 01/03/2024 a 01/05/2025	1.11. Funcionamento: Secretaria de Apoio às Tecnologias Educacionais
1.12. Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas	Administração Pública

2.0 Justificativa

O controle interno é o poder de fiscalização que os poderes exercem sobre seus próprios atos e agentes e está inserido na estrutura do mesmo poder. Assim, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário possuem seus mecanismos de controle interno. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 70, determina que o sistema de controle interno de cada poder deve fiscalizar o uso eficiente, econômico e regular dos recursos públicos que é destinado àquele poder e estabelece também que o sistema de controle interno dos poderes e órgãos autônomos devem atuar de forma integrada para garantir que a execução dos programas de governo (ou políticas públicas) seja realizada com eficiência, eficácia e regularidade, de modo que os objetivos da ação estatal sejam plenamente alcançados (finalidade pública).

Segundo o Artigo 74 da Constituição Federal de 1988:

Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional (CF/88).

O controle exercido pelos Tribunais de Contas representa uma etapa final de um longo processo envolvendo toda a administração pública, e que cada vez mais, tem sido fortalecida pela criação de mecanismos de controle interno, entendido como a criação de condições indispensáveis à eficácia do controle externo e que visa a assegurar a regularidade da realização das receitas e despesas, possibilitando o acompanhamento da execução do orçamento, dos programas de trabalho e a avaliação dos respectivos resultados. Nesse sentido, o controle interno é, na sua plenitude, um controle de legalidade, conveniência, oportunidade e eficiência e antecede o controle externo.

Outra atribuição importante do controle interno é apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. Desse modo, o controle interno tem papel fundamental de apoiar os governantes a prestarem contas dos resultados obtidos, em função da responsabilidade a eles conferida, sendo de extrema importância para que haja eficácia na utilização das verbas públicas por parte dos governantes.

A gestão pública estadual e municipal necessitam implementar e monitorar os mecanismos de controle



interno que possibilitem um bom desempenho da administração e a otimização dos recursos públicos. A carência de profissionais qualificados em auditoria e em controles internos aplicados a gestão pública leva os gestores municipais a contratarem pessoas que não possuem o perfil requerido para a função. Procurando contribuir para o aperfeiçoamento da gestão pública, a UECE está ofertando o curso de Especialização em Auditoria e Controle interno.

3.0 Objetivos / Metas / Propósitos

Formar profissionais competentes com habilidades técnico-científicas na área de auditoria e controle interno, visando uma carreira promissora e de qualidade no setor governamental.

4.0 Aspectos Técnicos

4.1. Curso

Modular (X)
Contínuo ()

4.1.1. Carga Horária

495 horas

4.1.2. Vagas

40 Alunos

4.2 Caracterização da Clientela

Administradores, economistas, contadores, auditores e outros profissionais graduados com interesse específico na área de auditoria e controle interno aplicada ao setor público.

4.3 Cronograma

4.3.1 Geral

Divulgação	15/11 a 15/01/2024
Inscrição	10/01 a 10/02/2024
Seleção	10/02 a 15/02/2024
Divulgação dos Resultados	16/02/2024
Matrícula	26/02 a 29/02/2024
Carga horária (presencial e síncrona)	155h
Carga horária (a distância e assíncrona)	340h
Horário (presencial e síncrona)	Sexta-feira (turno noite – 18h00 às 20h00) e sábado (turno manhã – 8h00 às 12h00)
Horário (a distância e assíncrona)	24 horas por dia, 7 dias por semana

4.3.2 Disciplina / Créditos / Período

Disciplina	CH	Período
1. Introdução a EAD	15	01/03 a 15/03/2024
2. Auditoria Governamental	30	16/03 a 30/04/2024
3. Governança Pública	30	16/03 a 30/04/2024
4. Auditoria Financeira	30	01/04 a 15/05/2024
5. Métodos Quantitativos	30	01/04 a 15/05/2024
6. Auditoria de Receitas Públicas	30	16/05 a 29/06/2024
7. Auditoria de Sistema de Informação	30	16/05 a 29/06/2024
8. Auditoria Operacional	30	01/07 a 14/08/2024
9. Análise de Balanço Públicos	30	01/07 a 14/08/2024
10. Auditoria Ambiental	30	15/08 a 23/09/2024



11. Gestão de Risco e Compliance	30	15/08 a 23/09/2024
12. Controle Interno no Setor Público	30	24/09 a 08/11/2024
13. Avaliação de Políticas Públicas	30	09/11 a 31/12/2024
14. Metodologia do Trabalho Científico	30	09/11 a 31/12/2024
Carga Horária Teórica	405	
Elaboração e Defesa de Monografia	90	01/12/2024 a 01/05/2025
Carga Horária Total	495	

4.4 Inscrição

O Curso de Especialização em Contabilidade Pública será ofertado na modalidade a distância, com periodicidade modulada de acordo com a demanda aprovada pela CAPES/UAB. A inscrição será feita pela internet (site <http://www.sate.uece.br/>) em período previamente estabelecido e amplamente divulgado.

4.5 Metodologia

A metodologia de EaD a ser adotada neste curso, baseia-se na *blended learning*, que se pode traduzir como cursos híbridos, e que busca incorporar o uso das novas tecnologias e o crescente grau de interatividade que tem permitido alterar as relações de tempo e espaço, caminhando para uma convergência entre o real e o virtual e levando a redefinir os limites entre o que seja educação presencial e educação a distância.

A EaD, neste sentido, oferece possibilidades de uma nova prática educativa e social, por suas características e sua forma de organizar a aprendizagem e os processos formativos. Exige, pois, uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: de quem vai conceber e elaborar o material didático, a quem cuidará para que este chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso ao orientador.

A metodologia de EaD da UECE se baseia no modelo andragógico de aprendizagem, que se refere a uma educação centrada no aprendiz, para pessoas de todas as idades. Segundo Knowles (1970), esse modelo está fundamentado em quatro premissas básicas para os aprendizes, todas ligadas à capacidade, necessidade e desejo de eles mesmos assumirem a responsabilidade pela aprendizagem, que são:

1. O posicionamento muda da dependência para a independência ou autodirecionamento.
2. As pessoas acumulam um reservatório de experiências que pode ser usado como base sobre a qual será construída a aprendizagem.
3. Sua prontidão para aprender torna-se cada vez mais associada com as tarefas de desenvolvimento de papéis sociais.
4. Suas perspectivas de tempo e de currículo mudam do adiamento para o imediatismo da aplicação do que é aprendido e de uma aprendizagem centrada em assuntos para outra, focada no desempenho (DEAQUINO, 2007, p. 11-12)

O pressuposto da andragogia é que a responsabilidade pelo processo de ensino-aprendizagem é compartilhada entre professor/tutor e aluno, criando um alinhamento que busca a independência e responsabilidade por aquilo que julgam ser importante aprender.

No projeto UECE as estratégias de interação se dão a partir de alguns pressupostos apontados na literatura da área, e estão claramente definidas quanto a relação professores, alunos e conteúdos, considerando que esse triângulo didático pode se articular a partir de várias dimensões, quais sejam:

15. **Aluno/Professor/Tutor:** a interação aluno/professor/tutor se dá tanto presencial como a distância. Cada disciplina do curso prevê encontros online síncronos que contam com a mediação de professores, para esclarecer conceitos, dirimir dúvidas, aprofundar aspectos relevantes da disciplina, atender de forma personalizada a demandas específicas de cada aluno.
16. **Aluno/Aluno:** com uso da interface disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle), os alunos se comunicam usando o Fórum de Interação, e-mail e outras ferramentas. Neste tipo de interação é



importante destacar os aspectos colaborativo e cooperativo que os alunos conseguem estabelecer, diminuindo a sensação de isolamento do estudo a distância. Segundo Mattar (2009)¹, “essa interação também desenvolve o senso crítico e a capacidade de trabalhar em equipe e, muitas vezes, cria a sensação de pertencer a uma comunidade”.

Aluno/Conteúdo: esta interação se dá através da disponibilização do livro texto básico produzido especificamente para a disciplina e colocado no AVA Moodle em formato pdf para acesso pelos alunos. Para apoiar o estudo individualizado dos conteúdos, os alunos ainda contam com interações realizadas pelo Tutor a distância, que se utiliza do Ambiente Virtual de Aprendizagem com recursos síncronos e assíncronos para responder aos alunos no que se refere ao domínio cognitivo da disciplina. A relação aluno/conteúdo pode também ser mediada pelos Coordenadores do Curso e de Tutoria de forma presencial ou a distância.

17. **Aluno/Interface:** é um tipo de interação que ocorre entre o aluno e a tecnologia, uma vez que esta é a mediadora das possibilidades de interação deste com o conteúdo, o professor, os tutores e outros alunos. Assim, é imprescindível que o *design* instrucional do curso leve em consideração as estratégias que facilitem a aquisição das habilidades necessárias para participar adequadamente do curso, e para tanto, a atenção às interfaces homem-máquina na preparação e disponibilização das ferramentas de EaD é fundamental.

18. **Interação Interpessoal:** inclui as reflexões do aluno sobre o conteúdo e o próprio processo de aprendizado. Esse tipo de interação parte do pressuposto de que o aluno adulto tem seu senso crítico desenvolvido, o que permite que ele examine de uma perspectiva fora do seu ponto de vista, a sua evolução e desenvolvimento ao longo do curso. Ele também deve ser capaz de pronunciar enunciados críticos sobre si mesmo, sem aceitar de forma automática, suas próprias opiniões ou opiniões alheias.

As metodologias adotadas apresentam graus de interatividade distintos, em que os espectros do espaço e do tempo podem intensificar-se graças as possibilidades e ao baixo custo das tecnologias interativas.

O processo de ensino-aprendizagem se fundará nos seguintes atores:

- **O estudante:** que busca a educação continuada e que vê na flexibilidade de espaços, distâncias e horários de estudo um grande atrativo para seu novo conhecimento.
- **Professores conteudistas:** responsáveis pela produção dos materiais didáticos.
- **Professores formadores:** responsáveis pelo planejamento e acompanhamento das disciplinas do curso.
- **Tutores:** têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um Coordenador de Tutoria, função ocupada por um professor da Instituição ou convidado.
- **Equipe de apoio tecnológico e de logística:** com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático.

Os fundamentos filosóficos, epistemológicos e axiológicos que orientam a produção dos materiais didáticos visam uma ampla integração da teoria e prática permitindo o desenvolvimento de trabalhos interdisciplinares, levando-se em conta os conceitos de autonomia, investigação, trabalho cooperativo, estrutura dialógica, interatividade e capacidade crítica dos educadores e educandos.

Para um bom desempenho e maior eficiência nas atividades de aprendizagem é importante adotar algumas rotinas e procedimentos como:

- Ler os livros-textos, refletindo acerca dos conceitos, ideias e exemplos apresentados pelos autores, procurando identificar os conceitos mais relevantes e as ideias chaves que o(s) autor(es) apresentam.
- Registrar todas as dúvidas. Algumas dessas dúvidas podem ser esclarecidas no decorrer da leitura do texto, mas outras persistem e precisam de orientações externas para seu esclarecimento. O serviço de tutoria está a disposição para ajudar no que for necessário e o aluno não se sentir desamparado no processo de construção do conhecimento. No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) que o aluno tem acesso mediante *login* e senha, existem materiais de apoio como textos complementares, biblioteca, *links* e outros recursos que podem ajudar a dirimir dúvidas.
- Responder a todas as atividades que sejam colocadas nos Fóruns de discussão e interação e nos livros texto.

¹ MATTAR, João. Interatividade e aprendizagem. In LITTO, F. M. e FORMIGA, M. **Educação a distância:** o estado da arte.. São Paulo: PEARSON Prentice Hall e ABED. 2009



Elas foram elaboradas para fixar melhor os conteúdos. Um dos fundamentos que orientam a produção de material didático em EaD é possibilitar uma maior interação do aluno com o texto. Para isso, ele é permeado por questionamentos e indagações que procuram construir um diálogo entre o leitor e o autor, levando o primeiro a estabelecer uma linha de raciocínio que vai sendo reforçada a cada reflexão levantada. A ideia é que o aluno vá conversando com o texto, concordando, discordando, pesquisando, argumentando e fortalecendo seu processo de construção do conhecimento.

- Formar grupo de estudos e discutir os conteúdos das disciplinas. A interação com outros colegas permite reflexões, troca de experiências e, conseqüentemente, facilita a aprendizagem.
- Visitar rotineiramente o AVA, pois lá encontrará as mais diversas informações e se manterá atualizado(a) sobre todas as atividades. Um dos pilares que assegura a permanência do aluno num curso de EaD é a frequência com que ele visita os ambientes virtuais que são disponibilizados. Ele não só encontrará informações atualizadas sobre o curso, mas se sentirá integrado à rede de profissionais que são responsáveis que execução do mesmo. Com a internet e as ferramentas criadas pelas novas tecnologias da informação e comunicação, o aluno poderá estabelecer contato por *e-mail* ou por redes sociais com outros colegas e interessados no tema, e se sentir parte de uma verdadeira comunidade de aprendizagem.
- Verificar sempre a caixa de entrada de *e-mail*, pois será um importante canal de comunicação.

A utilização de mídias variadas parte do pressuposto de que o aluno aproveita da melhor forma os recursos aos quais ele estiver mais familiarizado ou tenha mais interesse. Ademais, fomentar a convergência e o diálogo entre as mídias no processo de aquisição de ensino-aprendizagem amplia as possibilidades de estímulo pedagógico e reforça a aquisição do conhecimento.

Nos cursos oferecidos pela UECE são disponibilizados os seguintes recursos didáticos: livros de referência, videoaulas, Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle), vídeo e web conferências e rede de apoio constituída de tutores, professores formadores, coordenadores de curso e polo.

A proposta de estruturação do material didático tem como objetivo superar a convencional tradição expositivo-descritiva e levar tanto o estudante quanto o professor a construir juntos, o conhecimento. Esta abordagem significa ir além do domínio de técnicas, afinal, o professor é um profissional de quem se exige muito mais que apenas seguir receitas, guias e diretrizes, normas e formas como moldura para sua ação. É importante que os materiais didáticos estejam integrados. Os autores de livros devem relacionar o conteúdo com o ambiente *online* e com a temática dos vídeos e web conferências. Esta indicação motiva o estudante a utilizar todos os recursos disponíveis no curso.

No tocante às videoaulas, diversos autores, inclusive Ferrés (1996)² defendem que o uso do vídeo como recurso pedagógico se justifica a medida que quanto mais sentidos mobilizarmos durante uma exposição, melhor é a porcentagem de retenção mnemônica.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) adotado na UECE é o Moodle. Trata-se de um sistema de gerenciamento de cursos *online* de código aberto, cujo desenho está baseado na adoção de uma pedagogia socioconstrucionista, que busca promover colaboração, atividades individuais e compartilhadas, reflexão crítica, autonomia, entre outros aspectos. Ele oferece um ambiente seguro e flexível, permitindo adaptá-lo às necessidades de qualquer curso a distância ou daqueles que, mesmo sendo presenciais, desejem utilizar um AVA como recurso adicional. O Moodle disponibiliza variados recursos que serão empregados no processo de educação a distância, tais como: *download* e *upload* de materiais diversos (texto, imagem, som), chats, fóruns, diários, tarefas, oficina de construção colaborativa (*wikis*), pesquisas de opinião e avaliação, questionários (permitem se criar exames *on-line*) etc. Além disso, possibilita a inclusão de novas funcionalidades disponíveis na forma de *plugins*, como por exemplo, sistema de e-mail interno.

As atividades à distância deverão ser depositadas no ambiente virtual de aprendizagem, para que tudo fique registrado no sistema. Caso o trabalho apresentado ou a avaliação escrita não atenda aos requisitos mínimos estabelecidos, o professor indicará ao aluno a literatura complementar que o auxilie a completar sua compreensão sobre o tema em estudo.

Dessa forma, a UECE poderá oferecer um saber atualizado, priorizando os conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando desenvolver, aprofundar e aprimorar conhecimentos adquiridos na graduação,

² FERRÉS, Joan. **Vídeo e Educação**. 2ª. Edição. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.



estimulando-os não só por meio de uma reflexão crítica, bem como através da capacidade de investigar e avaliar, sem perder de vista a realidade regional.

Tal estrutura metodológica é possível com o conjunto de ações que envolvem, pelo menos:

- 5 A estrutura organizativa, composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Polos de Apoio Presencial.
- 6 Comunicação multidirecional e com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meios e linguagens exige, como qualquer aprendizagem, uma implicação consciente do aprendiz, uma intencionalidade, uma atitude adequada, as destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos alunos.
- 7 O trabalho cooperativo resultado da parceria entre diferentes profissionais (autores, *designer* instrucional, *web designer*, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

É importante frisar que todos os passos e etapas do curso são planejados pela equipe pedagógica com antecedência e que os estudantes devem ser informados desde o início de seu percurso. Por isso, ao matricular-se, o estudante tem acesso ao Projeto Pedagógico do Curso contendo todas as informações referentes ao mesmo e à modalidade e o calendário do semestre ou módulo.

No desenvolvimento do curso, são oferecidos aos alunos suportes administrativo, pedagógico, cognitivo, metacognitivo, motivacional, propiciando-lhe clima de autoaprendizagem e oferecendo, assim, ensino de qualidade.

A modalidade a distância não deve ser pensada como algo à parte da organização de ensino. É necessário que o aluno compreenda que educação a distância é educação permanente, contínua e que, dadas suas características, se faz imprescindível a organização de um sistema que ofereça ao estudante as condições para que o mesmo efetue sua formação profissional.

A educação a distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre alunos, professores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- A implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo.
- A produção e organização de material didático apropriado à modalidade.
- Processos de orientação e avaliação próprios.
- Monitoramento do percurso do estudante.
- Criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos alunos.

Logo, a organização de estrutura física e acadêmica na UECE, deve contemplar:

- Equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso.
- Designação de Coordenador de Curso e Coordenador de Tutoria que se responsabilizem pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso.
- Manutenção dos núcleos tecnológicos na UECE e nos Polos, que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso.
- Organização de um sistema comunicacional entre os diferentes Polos e a UECE.

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica. As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão:

- Comunicadores de mensagens instantâneas com recursos de VOIP.
- Sistema ADOBE *Connect* para realização de Web conferência.
- Chat (Sala de Bate-papo para comunicação via mensagens de texto).
- Linha telefônica.



Como processos de comunicação diacrônicos serão utilizados: E-mail; Fórum; Envio de Atividades com Feedback; Blog (integrado ao AVA), dentre outros.

As turmas terão acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e serão orientadas pelos tutores sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

4.6

Sistemática de Avaliação

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora possa se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos. Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente as situações concretas que se lhes apresentem. Segundo, porque no contexto da EaD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa: buscar interação permanente com os colegas, os especialistas e com os orientadores acadêmicos todas as vezes que sentir necessidade; obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

É de extrema relevância, no processo de avaliação de aprendizagem, a análise da capacidade de reflexão crítica dos alunos frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos das políticas públicas e dos processos de gestão.

Embora a avaliação se dê de forma contínua, cumulativa, descritiva e compreensiva, é possível particularizar três momentos no processo:

- O acompanhamento do percurso de estudo do aluno, mediante diálogos.
- Produção de trabalhos escritos, que possibilitem sínteses dos conhecimentos trabalhados.
- Desenvolvimento e apresentação de resultados de pesquisas.

A avaliação do rendimento será feita por disciplina, por meio de provas *online*, exames, seminários, trabalhos, projetos, assim como participação geral nas atividades da disciplina. A avaliação será expressa em resultado final através de uma escala numérica de notas de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero). Considerar-se-á aprovado em cada disciplina o aluno que apresentar nota final igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero).

A composição das notas dos alunos obedecerá a seguinte composição:

Prova: 50 %

Atividades à distância: 40%

Autoavaliação: 10%

Total da nota por disciplina: 100%

O curso também prevê a reprovação por falta de frequência, que impõe o conceito REF. Entretanto, o controle de frequência em cursos a distância distingue-se em essência daquele feito nos presenciais. Assim, na modalidade EaD/UECE, os programas de cada disciplina conterão as exigências de contatos e participações dos alunos e atividades a distância, os quais serão devidamente computados para efeito de integralização de 75% de frequência mínima exigida.

O aluno que não obtiver aprovação em alguma disciplina poderá ser submetido a procedimentos de recuperação e/ou repercurso. É muito importante que a Coordenação do curso (Coordenador e Coordenador de Tutoria) monitore a participação do estudante para ter um quadro de desempenho dos estudantes da turma e definir estratégias de intervenção para recuperação de aprendizagens.

Monografia

No desenvolvimento do curso, o papel do Orientador de Monografia vai assumindo relevância gradativa, a medida que os alunos vão identificando temas que darão origem ao seu trabalho de conclusão de curso. É muito importante que o processo de aproximação do orientador se dê no período de realização das disciplinas, por ser um momento propício para o alinhamento com a literatura relacionada ao tema, permitindo assim o estudo mais verticalizado. O orientador deve estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da



capacidade de organização das atividades acadêmicas e de autoaprendizagem do aluno, procurando direcionar sua produção acadêmica e seu esforço intelectual no sentido da construção de uma visão sistêmica do seu objeto de investigação.

O orientador, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o aluno, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, expectativas, realizações, dúvidas, dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo. Para isso, no Ambiente Virtual de Aprendizagem é possível criar um espaço destinado exclusivamente aos trabalhos de orientações e interações entre alunos e orientadores.

Em razão da necessidade de interlocução profícua, estabelece-se a relação de um orientador para cada 5 estudantes, conforme parâmetros definidos pela CAPES, que culminará na orientação de seu projeto de pesquisa visando o Trabalho Monográfico a ser apresentado ao final do curso.

O aluno deverá apresentar a monografia e defendê-la até um prazo máximo de 3 (três) meses após a conclusão das disciplinas. O Professor Orientador de monografia deverá, preferencialmente, ser membro do corpo docente do Curso, mas poderá ser escolhido entre mestres e doutores da UECE ou de outras Instituições de Ensino. Nos dois últimos casos deverá haver processo de credenciamento do orientador pela Coordenação do Curso.

A monografia será defendida perante uma banca examinadora constituída por três membros, presidida pelo Professor Orientador que é membro nato. Os demais membros deverão ser, preferencialmente, professores da UECE, com formação específica na área ou áreas afins, com titulação mínima de Mestre. O resultado final da avaliação da monografia será expresso através de um dos conceitos: S (satisfatório), N (não satisfatório).

De acordo com a Resolução Nº 930/2013 – CONSU, de 18 de fevereiro de 2013, que estabelece normas para os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância da Universidade Estadual do Ceará –(UECE):

Art. 25 - A monografia constitui-se em trabalho individual, de pequeno porte, sem obrigação de originalidade, obedecendo à metodologia científica, focando assunto que se enquadre nas linhas de pesquisa estabelecidas pelo curso, podendo apresentar os seguintes conteúdos:

- a) estudo bibliográfico crítico;
- b) estudo crítico sobre prática profissional;
- c) estudo teórico;
- d) estudo de campo;
- e) plano institucional;
- f) plano de pesquisa destinado à seleção de programa de Pós-Graduação Stricto Sensu.

Neste curso, o propósito é o que os alunos priorizem a produção de trabalhos monográficos que envolvam “estudos de campo” que consistam de produtos que representem uma contribuição efetiva a sua prática. No caso de haver mais de um aluno da mesma instituição, os trabalhos monográficos desses cursistas poderão ser organizados a partir de “plano institucional” atendendo aos interesses e demandas da instituição.

4.7 Certificados

Para fazer jus ao certificado de conclusão do curso, é obrigatório o cumprimento de todas as disciplinas, com aprovação em cada uma delas e a defesa da monografia.

Ao final do curso, para obtenção do título de Especialista em Auditoria, é obrigatório, perante a banca examinadora a ser designada pela coordenação, a apresentação e defesa de um trabalho individual de conclusão do curso em forma de Monografia, obtendo conceito “Satisfatório”. Ao aluno que não cumprir a exigência da defesa da monografia no prazo de realização previsto para o Curso, ou que não tenha obtido conceito SATISFATÓRIO, poderá ser concedido certificado de aperfeiçoamento.



5.0 Programa Curricular				
5.1 Disciplina e Corpo Docente				
Disciplina	C/H	Docente	Inst.Orig	Titul.
1. Introdução a EAD	15	Eloisa Maia Vidal	UECE	Dra.
2. Auditoria Governamental	30	Luciano de Sousa Pontes	TCE-CE	Msc.
3. Governança Pública	30	Gleison Mendonça Diniz	TCE-CE	Dr.
4. Auditoria Financeira	30	Manuel Salgueiro Rodrigues Júnior	UECE e TCE-CE	Dr.
5. Métodos Quantitativos	30	George Alberto de Freitas	UECE/BNB	Dr.
6. Auditoria de Receitas Públicas	30	Samuel Leite Castelo	UECE e TCE-CE	Dr.
7. Auditoria de Sistema de Informação	30	Derlange Maia Oliveira	TCE-CE	Esp.
8. Auditoria Operacional	30	José Ricardo Moreira Dias	TCE-CE	Msc.
9. Análise de Balanço Públicos	30	José Wesmey da Silva	TCE-CE	Esp.
10. Auditoria Ambiental	30	Adahil Pereira de Sena	IFCE/ COGERH	Msc.
11. Gestão de Risco e Compliance	30	José Alex. Fonseca da Silva	TCE-CE	Msc.
12. Controle Interno no Setor Público	30	Julio Cesar Muniz Filho	TCE-CE	Msc.
13. Avaliação de Políticas Públicas	30	Priscila de Lima Castro	TCE-CE	Msc.
14. Metodologia do Trabalho Científico	30	Joelma Leite Castelo	UECE	Dra.
Carga Horária Teórica	405			
Elaboração e Defesa de Monografia	90			
Carga Horária Total	495			

Ementas	
Disciplina/Carga horária/ Ementa/ Bibliografia	
5.2.1 Introdução a EAD	
C. horária	15 h/a
Ementa: Introdução a EaD. Educação a distância: rompendo fronteiras. Tecnologias na educação. EaD na UECE: lições aprendidas. Recursos educacionais na UAB. Sistemática de avaliação nos cursos da UAB. O Ambiente Virtual de Aprendizagem: Moodle	
Bibliografia	
VIDAL, Eloisa Maia; MAIA J, E. Bessa. Introdução a Educação a distância e informática básica. – 2. ed. rev. – Fortaleza : EdUECE, 2015.	

5.2.2. Auditoria Governamental	
Carga Horária: 30 h/a	
Ementa: Auditoria Governamental. Normas Internacionais de Auditoria. Planejamento e programa de auditoria. Controle Interno. Avaliações de economicidade, eficácia, eficiência e efetividade. Indicadores de mensuração da ação governamental. Relatórios Contábeis. Papeis de Trabalho.	
Bibliografia:	
CASTRO, Domingos Poubel. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.	



BOYNTON, William C.; JOHNSON Raymond N.; KELL, Walter G. Auditoria. São Paulo: Atlas, 2002.

Normas e padrões gerais: normas da Intosai (ISSAI 200, ISSAI 2.000 e GUID 2.900); NBASP 200 (em processo de revisão) NBC TASP (Resolução CFC 1.601/20).

Financial Audit ISSAI Implementation Projeto: Fortalecimento da Gestão das Finanças Públicas no Brasil

Evento - 2º Treinamento em Práticas de Auditoria Financeira: conformidade com as IPSAS/MCASP/MDF

Realização: Apoio: Handbook da Iniciativa de Desenvolvimento Profissional da Intosai; Manual de Auditoria Financeira do TCU.

5.2.3 Governança Pública

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Noção básica de governança pública. Teorias da Administração Pública. Estado, Governo e Sociedade. Estruturas de governança pública. Implementação da Governança Pública. Indicadores de eficiência e efetividade das ações públicas.

Bibliografia:

ALTOUNIAN, Cláudio Sarian, SOUZA, Daniel Luiz, GUIMARÃES, Leonard Renne. Gestão e Governança pública para resultados: Uma visão prática, Ed. Fórum; 2ª edição, 2020.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS (IFAC). The International Framework: Good Governance in the Public Sector. IFAC, 2014.

MATIAS-PEREIRA, J. A governança corporativa aplicada no setor público brasileiro. Administração Pública e Gestão Social, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 109–134, 2010. DOI: 10.21118/apgs.v2i1.4015. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4015>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública – RAP – Rio de Janeiro 43 (2): p. 349, MAR./ABR. 2009.

5.2.4 Auditoria Financeira

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Fundamentos da Auditoria Contábil. Normas Brasileiras de Auditoria Aplicadas ao Setor Público. Planejamento e Programa de Auditoria. Controle Interno. Papéis de Trabalho. Auditoria das Contas Patrimoniais. Auditoria das Contas de Resultado. Relatórios de Auditoria.

Bibliografia:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: Um Curso Moderno e Completo. 8ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e Aplicações. 6ª. Ed., São Paulo: Atlas, 2011.

CFC. Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica (NBC TA). Disponível em: <http://www.cfc.org.br/conteudo.aspx?codMenu=116>

Normas e padrões gerais: normas da Intosai (ISSAI 200, ISSAI 2.000 e GUID 2.900); NBASP 200 (em processo de revisão) NBC TASP (Resolução CFC 1.601/20);

Financial Audit ISSAI Implementation Projeto: Fortalecimento da Gestão das Finanças Públicas no Brasil

Evento - 2º Treinamento em Práticas de Auditoria Financeira: conformidade com as

IPSAS/MCASP/MDF Realização: Apoio: Handbook da Iniciativa de Desenvolvimento Profissional da Intosai; Manual de Auditoria Financeira do TCU.



5.2.5 Métodos Quantitativos

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Organização e Apresentação de Dados. Gráficos em Barras e Linhas. Distribuição de Frequências. Estatística Descritiva (Medidas de Tendência Central e Medidas de Dispersão). Elaboração de Instrumento de Coleta de Dados (Questionários, Entrevistas). Tabulação dos Instrumentos de Coletas de Dados. Técnicas de Elaboração de Apresentação dos Resultados dos Instrumentos de Coletas de Dados.

Bibliografia:

ANDERSON, David R; SWEENEY, Dennis J; WILLIAMS, Thomas A. Estatística aplicada à administração e economia. Traduzido por Luiz Sérgio de Castro Paiva. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BUSSAD, Wilton O; MORETTIN, Pedro A. Estatística básica. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
DOWNING, Douglas. Estatística aplicada. Colaboração de Jeffrey Clark. Traduzido por Alfredo Alves de Farias. São Paulo: Saraiva, 2000. (Série essencial).

FREUND, John E. Estatística aplicada: economia, administração e contabilidade. Colaboração de Gary A Simon. Traduzido por Alfredo Alves de Farias. 9. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.

HOEL, P.G. et al. Introdução à teoria da probabilidade. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

5.2.6 Auditoria de Receitas Públicas

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Fundamentos da Auditoria Contábil. ISSAI's. Normas Brasileiras de Auditoria Aplicadas ao Setor Público. Planejamento e Programa de Auditoria. Controles Internos. Receitas Públicas. Competência tributária; Estrutura da Administração Tributária. Arrecadação e Gestão Tributária. Relatório de Auditoria. Papeis de Trabalho.

Bibliografia:

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). Building Tax Culture, Compliance and Citizenship (2015). Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/taxation/building-tax-culture-compliance-and-citizenship_9789264205154-en. Acesso em: 22 jun. 2022.

AMARO, Luciano da Silva. Direito Tributário Brasileiro. 24. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

BRASIL. Instruções de Procedimentos Contábeis. IPC 16 – Benefícios Fiscais. Brasília: Ministério da Economia, Tesouro Nacional, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/tesouronacional/pt-br/contabilidade-e-custos/federacao/instrucoes-de-pronunciamentos-contabeis-ipc>. Acesso em: 22 jun. 2022.

CALIENDO, Paulo. Curso de Direito Tributário. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

5.2.7 Auditoria de Sistema de Informação

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Visão geral da Auditoria de Sistemas de Informação; Metodologia de Auditoria de Sistemas conforme normas internacionais ISACA/COBIT; Papel do gestor, natureza das funções desempenhadas e sua importância; Visão geral sobre desenvolvimento e gerenciamento de sistemas e programas; Controles e segurança em Sistemas - Planos de Contingência em TI; Controles e auditoria em hardware e software; Condução de uma Auditoria de Sistemas - Caso Prático.

Bibliografia:

BRIEN, James A. O sistema de informação. São Paulo: Saraiva, 2001.



DIAS, Cláudio. Segurança e auditoria da tecnologia da informação. Rio de Janeiro: Excel books, 2000.

DATE, Christopher J. Introdução à sistemas de bancos de dados. 8 ed. São Paulo: Campus, 2004.

ESKINAZI, José; PUSTILIC, Denine. Introdução à informática. Rio de Janeiro: Excel Books, 1997.

5.2.8 Auditoria Operacional

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Conceitos e características. Ciclo de auditoria. Seleção de Temas. Planejamento e programa de auditoria. Execução. Normas da INTOSAI. Relatórios. Papeis de Trabalhos. Monitoramento.

Bibliografia:

Manual de auditoria operacional / Tribunal de Contas da União. -4. ed. – Brasília: TCU, Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex), 2020.

BARZELAY, Michael. Central Audit Institutions and Performance Auditing: A Comparative Analysis of Organizational Strategies in the OECD. Governance, Volume 10, Issue 3, July 1997, Pages 235-260.

BRAIL. Tribunal de Contas da União. Técnica de Auditoria: Marco Lógico. Brasília, 2001. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/tecnica-de-auditoria-marco-logico.htm>. Assom em: 29 mar. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. Técnicas de amostragem para auditorias. Brasília, 2002a. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/tecnicas-de-amostragem-para-auditorias.htm>. Acesso em: 29 mar. 2020.

AFROSAI-E. Performance Audit Handbook. Pretoria, 2013. Disponível em: <https://www.eurosai.org/handle/404?exporturi=/export/sites/eurosai/.content/documents/>

AFROSAI-E-Performance-Audit-Handbook1_00.pdf. Acesso em: 22 nov. 2018.

AFROSAI-E. Quality Assurance Handbook. Pretoria, 2015.

5. 2. 8 Análise de Balanços Públicos

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: A Contabilidade; demonstrações contábeis; Análise vertical x Análise horizontal; Análise de índices; Relatório Sintético e Analítico. Indicadores de Sustentabilidade. Indicadores de Solvência. Indicadores de Capacidade de Pagamento.

Bibliografia:

KOHAMA, Hélio. Balanços Públicos: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MATARAZZO, Dante C. Análise financeira de balanço: abordagem básica gerencial. São Paulo: Atlas, 2003.

MOSCOVE, Stephen A.; SIMKIN, Mark G.; BAGRANOFF, Nancy A.; tradução Geni G. Goldschmidt. Sistemas de Informações Contábeis. São Paulo: Atlas, 2002.

Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 9ª edição. Disponível em: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) - 2021 11 08 — Tesouro Transparente.

Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF 13ª edição. Disponível em: Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) — Tesouro Nacional (www.gov.br);

Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP. Disponíveis em: NBC TSP – do Setor Público | Conselho Federal de Contabilidade (cfc.org.br).

Normas Brasileiras Técnicas de Auditoria Independente de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor



Público – NBC TASP. Disponíveis em: NBC TASP – Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público | Conselho Federal de Contabilidade (cfc.org.br).

5.2.9. Auditoria Ambiental

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Abordagem integrada das relações empresariais e as questões sócio-ambientais, a partir de um sistema de planejamento, segundo os princípios do desenvolvimento sustentável. Conceitos, desempenho empresarial, viabilidade econômica e política ambiental.

Bibliografia:

VALLE, Eyer Cyro. Como se preparar para as normas ISO14000. São Paulo: Pioneira, 1995.
SETTI, Arnaldo Augusto. A questão ambiental: o que todo empresário precisa saber. SEBRAE, 1996.
D'AVIGNON, Alexandre. Normas ambientais ISO 14000: como podem influenciar sua empresa. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Confederação Nacional da Indústria, 1996.
GRADVOHL, Albert Brasil. Embalagens. Fortaleza: SEBRAE, 1994.
GRADVOHL, Albert Brasil. Embalagens de alimentos: uma visão mercadológica e ambiental. Fortaleza: SEBRAE, 1997.
MAIMON, Dália. Passo a passo da gestão ambiental. SEBRAE, 1999.
BACQUER. Paul D. Gestão ambiental: administração verde. São Paulo: Qualitymark, 1998.
LOPEZ, Ighes et alli. Gestão ambiental no Brasil: experiências e sucesso. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
VITERBO Jr. Enio. Sistema integrado da gestão ambiental. São Paulo: Aquariana, 1999.

5.2.10. Gestão de Risco e Compliance

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Conceito, classificação, fontes e identificação de risco. Gestão estratégica dos riscos. Risco empresarial. Análise de risco. Compliance: conceitos, funções e pilares. Compliance e Controles Internos.

Bibliografia:

ASSI, M. Controles internos e cultura organizacional: como consolidar a confiança na gestão dos negócios. 2. ed. São Paulo: Saint Paul, 2014.
BREALEY, R.; MYERS, S.; ALLEN, F. Princípios de Finanças Corporativas. 12a ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2018.
CANDELORO, A.P.P.; RIZZO, M.B.M.; PINHO, V. Compliance 360º: Riscos, Estratégias, Conflitos e Vaidades no Mundo Corporativo. São Paulo: Trevisan, 2012.
COIMBRA, M.A.; MANZI, V.A, Manual de Compliance. São Paulo: Atlas. 2010
DAMODARAN, A. Gestão Estratégica do Risco. Porto Alegre: Bookman, 2009.
LARCKER, D.; TAYAN, B. Corporate Governance Matters: A closer look at organizational choices and their consequences. 3. ed. London: Pearson education, 2020.

5.2.11. Controle Interno no Setor Público

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Conceitos e Fundamentos sobre Controles Internos na Gestão Pública. Funções e atribuições da controladoria na gestão pública. Processo de planejamento, orçamento e controle do setor público. Auditoria Governamental. Avaliações de economicidade, eficácia, eficiência e efetividade. Indicadores de mensuração da ação governamental.

Bibliografia:



BLIACHERIENE, Ana Carla; BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo; RIBEIRO, Renato Jorge Brown. Controladoria do Setor Público, Ed. Fórum: Fórum; 2ª edição, 2019.

CASTRO, Domingos Poubel. Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público: integração das áreas do ciclo de gestão: contabilidade, orçamento e auditoria e organização dos controles internos, como suporte à governança corporativa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PINHEIRO, F. M. G.; LOPES, L. M. S.; ROCHA, J. S.; DIAS FILHO, J. M. Desafios da Controladoria Pública no contexto da Copa do Mundo de 2014. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 16, n. 3, p. 108-123, set./dez. 2013.

5.2.12. Avaliação de Políticas Públicas

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: O papel da análise de Políticas Públicas Ex Ante e Ex Post. Diagnóstico do problema. Desenho da política pública e a sua caracterização, modelo lógico. Impacto orçamentário e financeiro. Estratégia de Implementação. Monitoramento, avaliação e controle. Mensuração do retorno econômico e social.

Bibliografia:

FERRAREZI, Thiago Roberto Aparecido Marcelino. Auditoria operacional: O TCU em busca da avaliação de performance para o esporte de alto rendimento. 2022.

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: BORON, Atílio (org). Pós – Neoliberalismo, As Políticas Sociais e o Estado Democrático. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

BELLONI, Isaura. El alii. Metodologia de Avaliação em Políticas Públicas. São Paulo: Cortez, 2000 – (Coleção Questões de Nossa Época; V. 75).

RICO, Elizabeth Melo – (org.). Avaliações de Políticas Sociais: Uma questão em Debate, 2 a ed. São Paulo: Cortez – Instituto de Estudo Especiais. 1999.

5.2.4. Metodologia do Trabalho Científico

Carga Horária: 30 h/a

Ementa: Pressupostos epistemológicos e metodológicos da pesquisa social. Conceitos fundamentais do método científico; fase exploratória do processo investigativo; construção do projeto de pesquisa, sequência de momentos para a elaboração da monografia; a sistemática da orientação e de exposição do trabalho final.

Bibliografia

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CARVALHO, Alba M. P. de. A Pesquisa e o Processo de Produção do Conhecimento: Algumas Anotações e Reflexões. Fortaleza. UFC, 1989.

FREIRE, Paulo. A Importância do Ato de Ler em Três Artigos que se Completam. 45. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 1987.

GONDIM, Linda M.D. (Org) – Pesquisa em ciências sociais; o projeto da dissertação de mestrado. Fortaleza: Edições UFC, 1999.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS - CESA
COORDENAÇÃO DO NÚCLEO LATO SENSU

- HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- HUHNE, Leda Miranda. Metodologia Científica: Caderno de Textos e Técnicas. 7. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1997.
- LONGARAY, André Andrade. et al. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 3. ed., 3. tir. São Paulo: Atlas, 2006.
- LUCKESI, Cipriano Carlos et al. Fazer Universidade: Uma Proposta Metodológica. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- MAIA, T. Lisieux. Metodologia Básica. 2. ed. revisada. e ampliada. Fortaleza: Tradição e Cultura, 2001.
- MARTINELLI, Maria Lúcia – Pesquisa qualitativa; um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.3
- MATIAS-PEREIRA, José. Manual de Metodologia da Pesquisa Científica. São Paulo: Atlas, 2007.
- MINAYO, Maria de Souza. Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. (Coleção Temas Sociais).
- PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da Pesquisa: Abordagem Teórico-Prática. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1997.